

Promovendo Inclusão para Vida Toda

Promoting a Lifetime of Inclusion

Focus on Autism and other Developmental Disabilities, Vol. 18, No.3, 2003

Adelle Renzaglia
Meagan Karvonen
Erik Drasgow
Craig C. Stoxen

Resumo e Comentário por Mariana Serrajordia Lopes e Rebeca Costa e Silva

Hoje em dia se ouve falar muito em inclusão e em como é benéfica, mas será que sabemos, realmente, o que é inclusão? Ou quais os requisitos para que seja feita com êxito? O presente artigo visa dar uma luz a essas perguntas.

Inclusão, conceitualmente, parte do princípio de que todos pertencem, todos são aceitos e as diferenças são valorizadas como oportunidades para aprender. Portanto, um ambiente de inclusão seria elaborado para acolher e corresponder às necessidades de todas as pessoas, não somente na escola, mas em todos os aspectos da e por toda a vida. Seguindo esse princípio, *a inclusão promove a qualidade de vida pelo seguinte:*

- a) *Dá autonomia para que as pessoas com algum comprometimento tenham controle sobre suas próprias vidas;*
- b) *Dá oportunidades para que essas pessoas façam suas próprias escolhas; e*
- c) *Dá o poder sociopolítico para que elas possam defender suas escolhas.*

Como a inclusão se trata de uma filosofia ou um estilo de vida, e não de um lugar, se faz necessário ambientes inclusivos, que deveriam ter por base o conceito de projeto universal, originalmente da arquitetura, em que se deve criar um ambiente pensando nos seus usuários potenciais para acomodá-los, ou seja, com estrutura flexível para atender a várias necessidades de diversas pessoas especiais que irão frequentar e utilizar tal ambiente. Até porque construir ou modificar um ambiente para essa população [especial] acaba tornando o ambiente melhor para todo o resto da população também. O conceito de projeto universal atualmente estende-se à educação e também ao ambiente de trabalho. Para ambos os contextos é necessário um *pensamento universal* por parte do educador ou supervisor, que ao planejar uma atividade e ao pô-la em prática deve sempre pensar de uma forma inclusiva, pois pensando assim não irá isolar indivíduos com comprometimentos. A estratégia de projeto universal pode ser aplicada em todos os contextos frequentados pela pessoa, além dos citados anteriormente, como também em estabelecimentos públicos.

Devido às muitas particularidades de cada pessoa especial, os programas para inclusão também devem estar de acordo com cada pessoa, o que nos leva a outro aspecto da inclusão é o **planejamento centrado na pessoa**.

Esse planejamento é orientado pelos pontos fortes e os pontos a serem trabalhados, os pontos de interesse e as preferências da pessoa com necessidades especiais. Devem-se elaborar planos para o futuro (objetivos a serem alcançados), como alcançar esses objetivos, quais programas de treinamento e apoio serão necessários (e se tais programas não estiverem disponíveis, elaborá-los), e é fundamental que não se esqueça que esses planos são focados nas *pessoas* e que devem estar de acordo com as necessidades do indivíduo e não de acordo com programas existentes. Juntamente como tais planos, deverão ser elaborados planos de ação, os quais devem ser revisados e alterados (se, e quando necessário) para que esse processo seja o mais eficaz possível para o indivíduo em questão.

Seguindo o planejamento pessoal para o futuro temos o inventário ambiental, em que se faz uma análise do contexto onde o indivíduo vive, estabelecendo-se as prioridades em termos de

desenvolvimento de habilidades e também apoio para tais habilidades. Esse processo se dá por uma abordagem sistemática para a identificação dessas habilidades, seguida de uma análise ambiental, resumidamente, seguindo os seguintes critérios:

1. *Enfocar ambientes primários para o indivíduo, ou seja, ambientes que ele frequenta ou irá frequentar;*
2. *Avaliar quais as pessoas importantes na vida do indivíduo para que essas possam determinar quais atividades e habilidades são prioridades para o aumento de participação;*
3. *Avaliar quais serão as moradias futuras e atividades e habilidades necessárias para que o indivíduo tenha uma boa acomodação;*
4. *Visitar esses ambientes e avaliar quais habilidades serão necessárias para interagir com cada ambiente;*
5. *Ver quais dessas habilidades o indivíduo consegue desempenhar;*
6. *Priorizar as habilidades que o indivíduo ainda não consegue desempenhar (ou desempenha com dificuldade), e ordená-las em uma escala de mais importante a menos importante; e*
7. *Identificar o apoio necessário para interagir com os ambientes mais importantes (em casa, ambientes públicos, lazer e recreação).*

É muito importante também entender que são necessários ambientes inclusivos em que se pode ensinar, pois é óbvio que muitas das vezes o aprendizado de determinadas atividades e habilidades na sala de aula não é transferido com tanta eficácia para os ambientes naturais em que tais atividades e habilidades seriam desempenhadas, e isso tem uma importância crucial quando falamos de pessoas com autismo. Por isso, é importante olhar os ambientes naturais como salas de aulas em potencial, e que as habilidades e atividades ensinadas em seus ambientes naturais são dotadas de relevância maior para o indivíduo.

Entretanto, sabendo-se que a filosofia por trás da inclusão propõe uma realidade em que o indivíduo tem participação ativa em sua vida, não basta ter ambientes inclusivos. Assim, habilidades que possibilitam tomadas de decisões, escolhas, solução de problemas, autoavaliação, auto-observação, autorreforçamento, autoinstrução, autodefesa, autoconsciência, autoconhecimento, etc., deverão ser trabalhadas. Acreditar e saber que pessoas com necessidades especiais podem fazer suas próprias escolhas é um primeiro passo para a inclusão.

O maior empecilho para o sucesso de pessoas com necessidades especiais são os comportamentos-problema e por isso é muito importante a aplicação de uma intervenção comportamental abrangente que visa o desenvolvimento de habilidades funcionais e não simplesmente redução de comportamentos indesejáveis. A aplicação de intervenções e estratégias dessa ordem está de acordo com os princípios de planejamento centrado na pessoa e na capacidade dela para fazer escolhas, visto que a intervenção abrangente através da análise funcional do comportamento é elaborada de acordo com o indivíduo em questão, ou seja, não é padronizada para todas as pessoas com um determinado comprometimento. Essa abordagem permite que o indivíduo (com algum problema de comunicação) expresse suas decisões/escolhas de forma socialmente adequada ao invés de através de um comportamento-problema (exemplo: entregar uma figura ao invés de bater ou gritar). Assim, um programa de apoio ao comportamento positivo se dá pela condução de análise funcional e a implantação de intervenções abrangentes.

Por fim, pudemos então responder (embora superficialmente) quais os requisitos para a inclusão, e vale lembrar que esses requisitos ocorrem simultaneamente e de acordo com o desenvolvimento do indivíduo. Podemos afirmar que a inclusão é um processo que ocorre continuamente pela vida inteira da pessoa com necessidades especiais e que seu principal objetivo é ***promover uma vida com dignidade e qualidade.***